

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão conta das informações relevantes para a sua melhor compreensão.

As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Considerando que as presentes demonstrações financeiras são as segundas apresentadas em SNC-AP, esta nota não se aplica no presente ano.

1

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

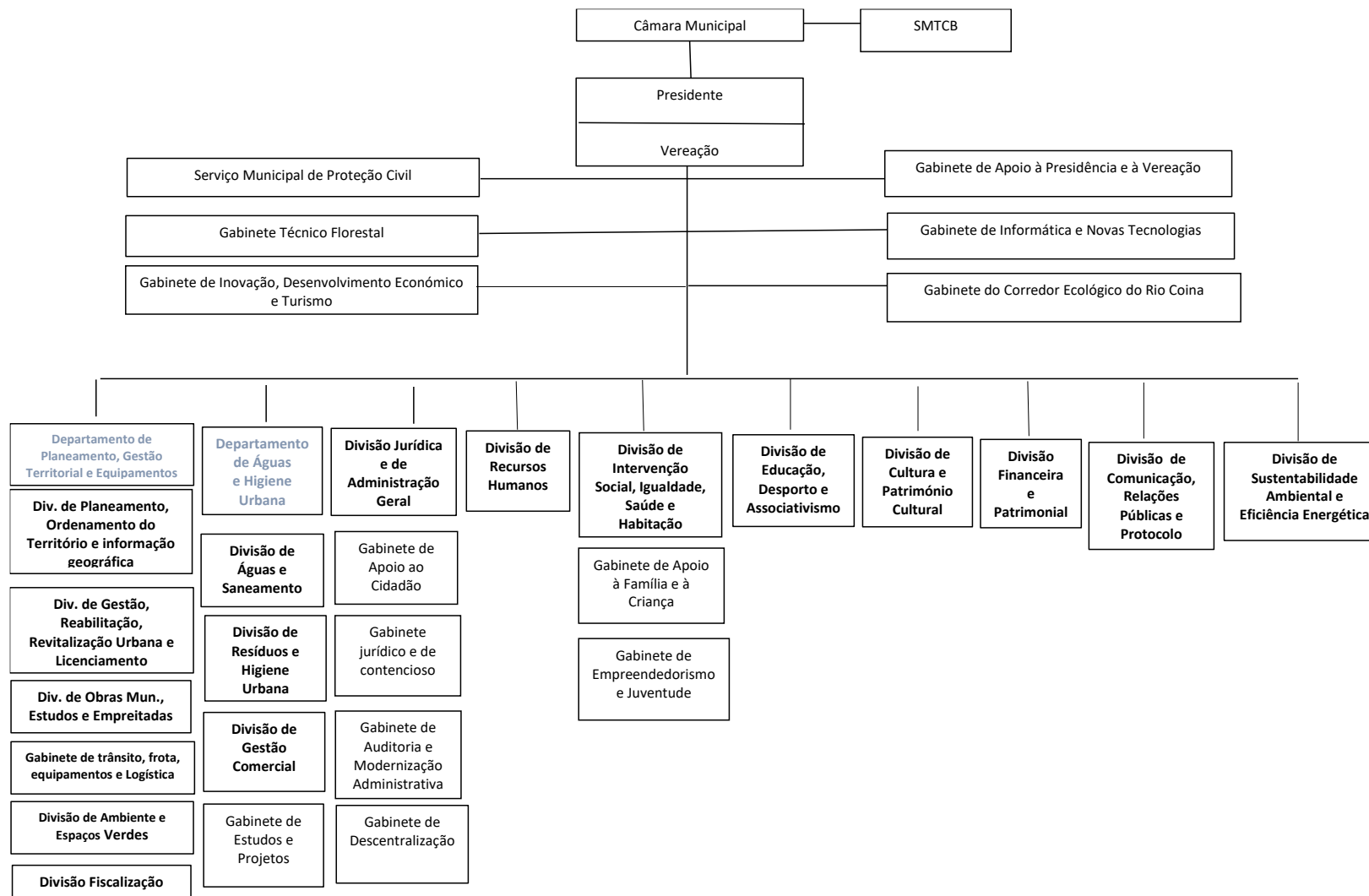
1.1 Caracterização da entidade e organograma

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	
1. IDENTIFICAÇÃO	
Designação	Município do Barreiro
NIPC	506673626
Natureza	Autarquia Local
Endereço postal	Rua Miguel Bombarda
Telefone / Fax	212068000 / 212068001
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-barreiro.pt
Sítio na internet	www.cm-barreiro.pt
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim Não X
Organograma	Em anexo
2. LEGISLAÇÃO	
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro alterada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro alterada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto		
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro		
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)	Sim	Não
	Serviços Municipalizados	X	
	Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro	Sim	
	Serviços Intermunicipalizados		X
	Entidades Intermunicipais	X	
	Associação Nacional Municípios Portugueses		
	Área Metropolitana de Lisboa		
	Associação de Municípios da Região de Setúbal		
	Artemrede - Teatros Associados		
	AIA - Associação Intermunicipal de Águas da Região de Setúbal		
	Associação de Municípios da Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis		
	Entidades Associativas Municipais	X	
	Empresas Locais		X
	Empresas Participadas	X	
	Amarsul - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A		
	Simarsul, S.A.		
	Cooperativas		X
	Fundações		X
	Entidades de outra natureza	X	
	S.Energia - Agência Regional de Energia Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete		
4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
	O Município do Barreiro desenvolve toda a sua atividade no âmbito das competências atribuídas na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, nomeadamente, na organização, planeamento e execução de políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano; energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, proteção civil, ambiente, abastecimento de águas, salubridade e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento económico e turismo, ordenamento do território e urbanismo.		
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
	De 01 de janeiro a 7 de outubro de 2021		
	Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa		
	João António da Silva Pintassilgo		
	Sara Isabel da Conceição Ferreira		
	Rui Miguel Santos Braga		
	Sofia Amaro Martins		
	Paulo André Raposo de Assunção Fernandes		
	Rui Pedro Gaspar Lopo		
	Sónia Isabel Carapuça Oliveira Lobo		
	Bruno Jorge Viegas Vitorino		
	De 08 de outubro a 31 de dezembro		
	Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa		
	Rui Miguel Santos Braga		
	Sara Isabel da Conceição Ferreira		
	Rui Pedro Ferreira Pereira		
	Maria João Gonçalves da Conceição Martins Regalo		
	Carlos Miguel dos Santos Guerreiro		
	Maria Arlete Pereira da Cruz		
	Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho*		
	António Miguel Areias Dias Amaral		
	Mónica Alexandra Salvador Duarte**		
	* - renunciou ao mandato em 08-10-2021		
	** - substituiu Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho em 09-10-2021		
5.2	NÚMERO DE VEREADORES (1)		
	Em regime de permanência.....	7	
	A meio tempo.....		
	Restantes vereadores.....	2	
5.3	NÚMERO DE ELEITORES		
	Até 10.000.....		
	Mais de 10.000 e menos de 40.000.....		
	Igual ou superior a 40.000.....	X	

6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
	<p>Referencial contabilístico: As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e, foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.</p>		
	<p>Sistema informático: aplicação SNC da AIRC</p>		
7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (Últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças	
	Data da ação	2016	
	Período abrangido	2015	
	Identificação da ação	Controlo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)	06/09/2000	02/10/2000
	Regulamentos (todos publicados no sítio do Município da Internet)		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental	17/02/2021	03/03/2021
	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)		
7.4	INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
	SMTCB - Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro		
7.5	DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	X	
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		
7.6	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	X	
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais		
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]		
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		894
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
		10 dias	8 dias
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício		
	- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
		X	
	Simarsul, S.A.		
	Objeto da concessão: concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Península de Setúbal		
	- Data de celebração do contrato: 17/12/2017		
	- Período da concessão: 30 anos		
	- Natureza da concessão: Por imposição legal com base no DL n.º 34/2017 de 24 de março		
	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.		
	Objeto da concessão: Contrato de concessão e distribuição de energia elétrica em baixa tensão do Município do Barreiro		
	- Data de celebração do contrato: 29/07/2002		
	- Período da concessão: 20 anos		
	- Natureza da concessão: Por imposição legal com base no DL n.º 344-B/82 de 1 de setembro, na sua redação atual.		
7.11	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
			X

Organograma



1.2 Desagregação de caixas e depósitos

Quadro n.º 1 – Desagregação de caixas e depósitos

Conta	Designação	31/12/2021		31/12/2020	
111	Caixa		11 472,22 €		8 281,15 €
12	Depósitos à ordem		1 973 535,39 €		5 726 602,69 €
122	Depósitos bancários à ordem	1 973 535,39 €		5 726 602,69 €	
13	Outros depósitos		1 053 448,88 €		651 275,07 €
132	Depósitos consignados	48 191,69 €		48 191,69 €	
133	Depósitos de garantias e cauções	1 005 257,19 €		603 083,38 €	
	Total		3 038 456,49 €		6 386 158,91 €

1.3 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

Em 2021 as demonstrações financeiras do Município do Barreiro foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

Considerando que as demonstrações financeiras de 2021 são apresentadas em SNC-AP tal como as de 2020, é possível efetuar uma comparação direta entre as diferentes rubricas das demonstrações financeiras de 2020 e 2021.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são expressas em euros, sendo esta também a moeda funcional.

2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relacionadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

7

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de software e programas de computador tem uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes tem uma vida útil estimada de 5 anos.



b) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

c) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- (a) For provável que fluirão para o Município, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos.

Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Bens de domínio público	
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Equipamentos biológicos	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

d) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes a propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

e) Propriedades de investimento

O Município não é detentor de propriedades de investimento.

f) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o Município utiliza o método da equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influencia significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
- (b) Participação em processos de decisão de políticas;
- (c) Transações materiais entre o investidor e a participada;
- (d) Intercâmbio de pessoal de gestão;
- (e) Prestação de informação técnica essencial;
- (f) Participação igual ou superior a 20%.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados.

Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

g) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, o Município procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender e o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta

análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao custo. O custo inclui o preço ou valor de compra, bem como as despesas adicionais de compra.

As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio de saídas adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

i) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro e qualquer ativo que seja:

- (a) Dinheiro;
- (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- (c) Um direito contratual:
 - (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade;
 - (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- (a) Uma obrigação contratual:
 - (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou
 - (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como:

- (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos.

O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem

prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 01 de janeiro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

l) Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

m) Rendimentos

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas, ou

outros documentos legais emitidos. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Impostos e taxas

O total da faturação relativa aos bens vendidos ou serviços prestados é reconhecido como dívida no momento da sua emissão.

Transferências e subsídios correntes e de capital obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

A dotação do Orçamento do Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e a depreciação de ativos são diferidos no Balanco, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidas no Património Líquido, passando a ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao balanceamento com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

n) Partes relacionadas

O Município identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município;

- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes conferem uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Município, nomeadamente o Ministério das Finanças bem como o Tribunal de Contas, a UniLEO e a CNC.

o) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 2 do artigo 9.º, do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Município goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

Para efeitos de IVA, o Município, assume-se como sujeito passivo misto.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

3. Ativos intangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Quadro n.º 2 - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 877 163,87	1 523 150,85	0,00	354 013,02	1 877 163,87	1 800 100,06	0,00	77 063,81
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 877 163,87	1 523 150,85	0,00	354 013,02	1 877 163,87	1 800 100,06	0,00	77 063,81

Quadro n.º 3 - Quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	354 013,02	0,00		0,00	0,00	-276 949,21	0,00	77 063,81
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	354 013,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-276 949,21	0,00	77 063,81

A conta 443 – Programas de computador e sistemas de informação, comporta os softwares informáticos que o Município adquiriu ao longo dos anos.

4. Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município detém 2 contratos de concessão de serviços, cujos objetos estão devidamente identificados no quadro n.º 4.

Quadro n.º 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	20 Anos	-	-	-	-
Exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Península de Setúbal	Simarsul, S.A.	493 015,65	30 Anos	-	-	-	-

5. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, encontram-se detalhados nos quadros seguintes.

Os bens cuja valorização não foi possível realizar, são, nomeadamente, Livros, Obras de Arte e outros bens em mau estado de conservação.

Quadro n.º 5 - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1 261 938,75	0,00	0,00	1 261 938,75	1 672 897,58	0,00	0,00	1 672 897,58
Edifícios e outras construções	5 251 239,99	1 233 115,64	0,00	4 018 124,35	7 533 798,55	1 374 995,88	0,00	6 158 802,67
Infraestruturas	58 117 701,59	18 129 418,96	0,00	39 988 282,63	63 674 071,32	20 261 461,00	0,00	43 412 610,32
Património histórico, artístico e cultural	603 409,65	14 758,15	0,00	588 651,50	612 346,33	14 758,15	0,00	597 588,18
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	65 234 289,98	19 377 292,75	0,00	45 856 997,23	73 493 113,78	21 651 215,03	0,00	51 841 898,75
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	20 866 758,34	1 025 502,01	0,00	19 841 256,33	20 953 248,34	1 037 138,21	0,00	19 916 110,13
Edifícios e outras construções	38 720 452,21	12 921 483,87	0,00	25 798 968,34	45 481 684,40	13 849 597,73	0,00	31 632 086,67
Equipamento básico	8 626 216,94	6 333 855,63	0,00	2 292 361,31	9 488 816,53	6 852 027,89	0,00	2 636 788,64
Equipamento de transporte	7 274 544,63	4 127 426,22	0,00	3 147 118,41	7 274 544,63	4 676 049,37	0,00	2 598 495,26
Equipamento administrativo	2 361 470,60	2 042 690,69	0,00	318 779,91	2 593 026,58	2 221 680,30	0,00	371 346,28
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2 667 564,40	2 267 139,63	0,00	400 424,77	2 825 764,13	2 359 577,08	0,00	466 187,05
Ativos fixos tangíveis em curso	6 154 149,16	0,00	0,00	6 154 149,16	7 561 985,66	0,00	0,00	7 561 985,66
	86 671 156,28	28 718 098,05	0,00	57 953 058,23	96 179 070,27	30 996 070,58	0,00	65 182 999,69
TOTAL	151 905 446,26	48 095 390,80	0,00	103 810 055,46	169 672 184,05	52 647 285,61	0,00	117 024 898,44

Quadro n.º 6 - Quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1 261 938,75	410 958,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 672 897,58
Edifícios e outras construções	4 018 124,35	10,07	2 282 548,49	0,00	0,00	-141 880,24	0,00	6 158 802,67
Infraestruturas	39 988 282,63	1 021 736,87	4 534 632,86	0,00	0,00	-2 132 042,04	0,00	43 412 610,32
Património histórico, artístico e cultural	588 651,50	9 019,89	0,00	0,00	0,00	0,00	-83,21	597 588,18
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	45 856 997,23	1 441 725,66	6 817 181,35	0,00	0,00	-2 273 922,28	-83,21	51 841 898,75
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	19 841 256,33	86 490,00	0,00	0,00	0,00	-11 636,20	0,00	19 916 110,13
Edifícios e outras construções	25 798 968,34	737 306,41	6 038 141,51	0,00	0,00	-928 113,86	-14 215,73	31 632 086,67
Equipamento básico	2 292 361,31	864 546,36	-792,09	0,00	0,00	-518 172,26	-1 154,68	2 636 788,64
Equipamento de transporte	3 147 118,41	0,00	0,00	0,00	0,00	-548 623,15	0,00	2 598 495,26
Equipamento administrativo	318 779,91	232 213,38	-631,73	0,00	0,00	-178 989,61	-25,67	371 346,28
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	400 424,77	160 433,82	1 423,82	0,00	0,00	-92 437,45	-3 657,91	466 187,05
Ativos fixos tangíveis em curso	6 154 149,16	14 311 410,68	-12 855 322,86	0,00	0,00	0,00	-48 251,32	7 561 985,66
	57 953 058,23	16 392 400,65	-6 817 181,35	0,00	0,00	-2 277 972,53	-67 305,31	65 182 999,69
TOTAL	103 810 055,46	17 834 126,31	0,00	0,00	0,00	-4 551 894,81	-67 388,52	117 024 898,44

Quadro n.º 7 - AFT – Desagregação das adições

Rubricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	410 958,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410 958,83
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,07	10,07
Infraestruturas	0,00	652 270,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	369 466,73	1 021 736,87
Património histórico, artístico e cultural	0,00	9 019,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 019,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	1 072 248,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	369 476,80	1 441 725,66
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	86 490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86 490,00
Edifícios e outras construções	0,00	716 115,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 190,68	737 306,41
Equipamento básico	0,00	860 965,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 580,81	864 546,36
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	230 138,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 074,73	232 213,38
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	158 732,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 701,05	160 433,82
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	14 311 410,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 311 410,68
	0,00	16 363 853,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 547,27	16 392 400,65
TOTAL	0,00	17 436 102,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	398 024,07	17 834 126,31

Quadro n.º 8 - AFT – Desagregação das diminuições

Rubricas	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	-83,21	-83,21
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-83,21	-83,21
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-14 215,73	-14 215,73
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 154,68	-1 154,68
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-25,67	-25,67
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 657,91	-3 657,91
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 251,32	-48 251,32
	0,00	0,00	0,00	0,00	-67 305,31	-67 305,31
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-67 388,52	-67 388,52

Durante o ano de 2021, foram concluídas obras no montante de 12.855.322,86 €, que reforçaram o montante dos ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso, no final de 2021 totalizam o montante de 7.561.985,66 €.

Foram ainda realizados pela própria entidade no montante de 369.466,73 € que acresceram ao ativo fixo tangível.

Importa ainda, realçar nos Ativos Fixos Tangíveis o registo das contrapartidas que o Município recebeu no âmbito da construção do LIDL no antigo campo de futebol do Luso e que originaram os seguintes movimentos: Edifício do Mercado 25 de Abril 490.290 €, dos quais 86.490 € afetos ao terreno e 403.800,00 € para o edifício, 298.100 € afetos ao campo de futebol do Santo Antoniense e 652.270,14 € a obras de infraestruturas, nomeadamente rede de águas, saneamento, arruamentos e rotunda, para além de um terreno no valor de € 3.281. Foi ainda considerado o montante de € 407.678 referente à cedência para domínio público de 94.698,90 m2 do loteamento da Quinta das Canas.

Quadro n.º 9 - AFT – Totalmente depreciados que ainda estejam em uso

Conta	Designação	Valor
4302	Edifícios e outras construções	2 383,89 €
4303	Infraestruturas	4 651 815,47 €
4304	Património histórico, artístico e cultural	8 758,15 €
431	Terrenos e recursos naturais	614 773,23 €
432	Edifícios e outras construções	4 476 778,83 €
433	Equipamento básico	4 529 099,79 €
434	Equipamento de transporte	2 521 056,04 €
435	Equipamento administrativo	1 986 518,52 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	2 104 764,65 €
TOTAL		20 895 948,57 €

6. Locações

Em 31 de dezembro de 2021, o Município apresenta 19 contratos em regime de locação financeira conforme descrito no quadro n.º 10.

No decorrer do ano de 2021, concluiu-se o pagamento de 2 contratos de locação financeira.

O capital em dívida no final do ano de 2021 é de 996.941,92€.

Quadro n.º 10 - Locações financeiras - Locatários

LOCADOR		Início da locação	Investimento bruto na locação	Investimento líquido na locação	Visto do TC		Condições				Reconhecimento inicial da locação			Pagamentos da locação									Passivo remanescente		Valor dos pagamentos mínimos	Montantes vencidos e não pagos	Valor líquido do ativo locado no final de N		
Designação	NIPC				Número	Data	Prazo	TAEG	Custos diretos iniciais	Rendas		Começo do prazo da locação	Passivo	Ativo	Encargos financeiros						Redução do passivo pendente			Rendas contingentes				No início de N	No final de N
										N.º	Periodicidade				Juros contratuais			Juros de mora			Outros encargos								
BESLEASING E FACTORING	502330937	02/10/2005	122 330,70	122 330,70	3914	03/11/2000	20	1,15%	240	MENSAL	02/11/2005	2513	4321	32 469,44	384,09	1 277,63					85 416,02	6 823,62	30 091,06		36 914,68	30 091,06		30 091,06	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	24/05/2001	723 256,95	723 256,95	3915	03/11/2000	20	0,16%	240	MENSAL	24/05/2001	2513	4321	122 393,85	0,00	0,00					693 479,57	29 777,38	0,00		29 777,38	0,00		0,00	
IMOLESING	501339787	21/11/2001	448 918,11	448 918,11	3914	03/11/2000	20	0,16%	240	MENSAL	22/11/2001	2513	4321	76 639,94	0,00	0,00					416 382,83	32 535,28	0,00		32 535,28	0,00		0,00	
BANCO BPI, SA	501214534	18/09/2017	444 645,00	444 645,00	2148/2017	03/08/2017	7	1,00%	84	MENSAL	25/09/2017	2513	43421	10 561,43	2 121,95	5 208,89					212 094,65	58 869,21	173 681,14		232 550,35	173 681,14		173 681,14	
BANCO BPI, SA	501214534	31/07/2017	290 280,00	290 280,00	19/2018	03/01/2018	3	0,85%	36	MENSAL	31/01/2018	2513	43421	3 027,33	557,55	320,08					179 270,93	97 573,78	13 435,29		111 009,07	13 435,29		13 435,29	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	285 566,71	285 566,71	597/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	430,38	1 016,50	612,65					38 736,23	91 491,45	155 339,03		246 830,48	155 339,03		155 339,03	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	111 868,09	111 868,09	598/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	213,10	406,85	210,76					18 199,82	38 960,64	54 707,63		93 668,27	54 707,63		54 707,63	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	49 824,60	49 824,60	599/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	94,92	181,22	157,97					8 105,98	17 352,57	24 366,05		41 718,62	24 366,05		24 366,05	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	46 621,59	46 621,59	600/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	69,04	176,37	102,36					6 325,06	16 217,02	24 079,51		40 296,53	24 079,51		24 079,51	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	31 555,58	31 555,58	601/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	60,09	42,66	23,35					5 133,76	10 989,86	15 431,96		26 421,82	15 431,96		15 431,96	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	21 945,32	21 945,32	602/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	40,39	75,10	46,30					3 571,38	7 039,46	11 334,48		18 373,94	11 334,48		11 334,48	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	37 624,31	37 624,31	604/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	71,16	50,90	27,94					6 121,48	13 103,32	18 399,51		31 502,83	18 399,51		18 399,51	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	116 494,66	116 494,66	605/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	177,00	414,70	255,36					15 800,99	37 323,69	63 369,98		100 693,67	63 369,98		63 369,98	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	69 991,70	69 991,70	606/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	106,35	279,67	134,92					9 493,49	26 270,60	34 227,61		60 498,21	34 227,61		34 227,61	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	94 450,36	94 450,36	607/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	144,80	357,31	187,94					12 809,87	32 855,80	48 784,69		81 640,49	48 784,69		48 784,69	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	26 004,41	26 004,41	608/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	48,52	89,08	56,03					4 231,52	8 341,74	13 431,15		21 772,89	13 431,15		13 431,15	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	148 168,87	148 168,87	612/2020	02/04/2020	4	0,50%	48	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	164,77	595,14	1 030,19					12 059,36	35 111,15	100 998,36		136 109,51	100 998,36		100 998,36	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	269 729,03	269 729,03	613/2020	02/04/2020	4	0,50%	48	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	318,23	1 083,52	1 370,87					21 936,91	63 921,17	183 870,95		247 792,12	183 870,95		183 870,95	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	50 127,44	50 127,44	610/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	15,50	198,69	178,92					2 733,89	16 000,03	31 393,52		47 393,55	31 393,52		31 393,52	
Total			3 389 403,43	3 389 403,43										247 046,24	8 031,30	11 202,15				1 751 903,74	640 557,77	996 941,92		1 637 499,69	996 941,92		996 941,92		

7. Custos de empréstimos obtidos

Os contratos de empréstimos existentes no ano de 2021 e respetivas condições e encargos, estão refletidos no quadro n.º 12.

No decurso do ano de 2021, foi rubricado um contrato de empréstimo de curto prazo no montante de 1.500.000 €, dos quais foram utilizados 1.100.000 € e 4 contratos de médio e longo prazo que, no seu conjunto, totalizam 5.057.809 €.

Deste montante, apenas 850.000 €, afeta a capacidade de endividamento do Município.

Dos empréstimos contratados em 2021, foi utilizado o montante de 3.755.704 €.

Foram totalmente amortizados 2 empréstimos celebrados no âmbito do PER para aquisição de 45 fogos de habitação social.

Apresenta-se igualmente, no quadro n.º 13, o horizonte temporal dos encargos assumidos com os empréstimos ainda vigentes.

No quadro seguinte é apresentado um resumo dos financiamentos obtidos, individualizando os encargos estimados quer no curto prazo (a pagar durante o ano de 2022), quer no médio e longo prazo.

Quadro n.º 11 - Resumo dos financiamentos obtidos

Financiamentos	31.12.2021			31.12.2020		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bonificados	123 191	150 595	273 786	187 809	274 267	462 075
- CGD / IHRU	115 747	150 595	266 342	172 940	266 823	439 763
- Novo Banco	7 444		7 444	14 868	7 444	22 312
Empréstimos financiamento	3 099 431	18 989 782	22 089 213	3 089 394	18 333 906	21 423 301
- CGD	540 854	4 445 458	4 986 312	540 854	4 445 118	4 985 972
- BPI	1 733 543	8 929 258	10 662 801	1 723 920	10 662 801	12 386 721
- CCAM	171 111	5 615 066	5 786 177	171 111	2 571 667	2 742 778
- BBVA	653 923		653 923	653 510	654 321	1 307 830
Locações financeiras	524 542	494 115	1 018 658	656 366	981 133	1 637 500
Total	3 747 164	19 634 492	23 381 656	3 933 569	19 589 307	23 522 876

Quadro n.º 12 - Custos de empréstimos obtidos

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Taxa de juro		Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)														
	N.º do contrato	Nome da Instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização do capital			Juros		Outros encargos (a)		Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)		Empréstimos contratados a partir de 01/01/2014													
													Até N	Ano N	Previsões após N	Até N	Ano N	Previsões após N	Até N									Ano N	Previsões após N											
Curto Prazo	2595/000349/392	C.G.D.	11-01-2021	1	1			Financiamento de necessidades pontuais de tesouraria	1.500.000	1.100.000	0,12%	0,12%																												
Total CP									1.500.000	1.100.000			0	1.100.000	0	0	159	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
Médio e Longo Prazo	97866000206	B.B.V.A.	15-05-2002	20	19	1181	08-07-2002	Financ. Plano de Activ. 2002/2004	9.975.958	9.975.958	3,93%	0,00%	8.668.129	653.908	653.922	2.501.924	29	510																						
	59072509293	C.C.A.M.	10-03-2016	20	5	1000	27-07-2016	Aquisição da Quinta do Braamcamp	2.900.000	2.900.000	1,15%	1,15%	322.222	161.111	2.416.667	132.519	29.585	218.502																						
	59072889181	C.C.A.M.	10-03-2016	20	4	1037	27-07-2016	Realização de obras na Quinta do Braamcamp	1.800.000	180.000	1,15%	1,15%	15.000	10.000	155.000	6.380	1.436	10.529																						
Não isentos	9015/00037/991	C.G.D.	20-06-2016	20	5	1039	27-07-2016	Investimentos diversos	2.300.000	1.968.497	1,44%	1,25%	218.722	109.361	1.640.414	49.441	19.600	133.386																						
	2388496830038	B.P.L.	10-03-2016	10	5	1041	07-10-2016	Aq. de embarcação tradicional - Muleta	300.000	300.000	1,30%	1,30%	88.235	35.294,12	176.471	7.409	2.676	6.404																						
	2388496830037	B.P.L.	10-03-2016	10	5	998	16-11-2016	Substituição do PAEL	7.651.035	7.651.035	1,90%	1,77%	2.914.680	728.670	4.007.685	446.309	81.933	216.337																						
	2595/000398/591	C.G.D.	15-05-2021	20	1	1451	12-11-2021	Reabilitação e regeneração de um edifício com vista à criação de uma Startup e arranjos exteriores	850.000	505.442	0,58%	0,58%			850.000			51.319																						
SubTotal									25.776.993	23.480.932			12.226.988	1.698.344	9.900.158	3.143.982	135.255	636.987	0	0	0	0	0	0	0	10.748.502	9.555.600	326.961	1.072.800											
Médio e Longo Prazo	0141/000028/587/0019	C.G.D.	08-01-1996	25	25	5798	02-04-1996	Habitação Social P.E.R. - Aquisição de 45 fogos	762.879	762.879	12,50%	0,49%	727.873	35.006	0	46.593	16																							
	0141/000028/587/0027	C.G.D.	08-01-1996	25	25	5798	02-04-1996	Parc. Remanesc. - Habitação Social - P.E.R. - Aquisição de 45 fogos	381.440	381.440	12,50%	2,61%	358.660	22.780	0	126.281	405																							
	0141/000032/387/0019	C.G.D.	16-07-1997	25	23	47941	26-08-97	Habitação Social P.E.R. - Aquisição de 119 fogos	2.211.630	2.211.630	1,94%	0,47%	1.916.766	98.190	196.674	152.392	272	903	176	8	16																			
	0141/000032/987/0019	C.G.D.	08-12-1998	25	22	48648	29-12-98	Habitação Social P.E.R. - Financiamento complementar para aquisição de 119 fogos	138.077	138.077	1,32%	0,47%	114.398	5.911,48	17.768	9.629	22	56	168	8	21																			
	0141/000035/887/0019	C.G.D.	05-03-2001	25	20	37	15-03-01	Financ. P/ ao. 14 fogos - P.E.R.	271.783	271.783	1,12%	0,00%	208.349	11.533,41	51.900	13.458	46	148	8	40																				
Isentos	770082126	Novo Banco	26-12-2001	20	19			Rep. danos prov. p/ interpernés	249.399	249.399	3,69%	0,18%	227.087	14.868	7.444	35.709	32	7																						
	2388496830039	B.P.L.	25-07-2017	10	3	3080	28-05-2018	Aquisição de 60 autocarros a GNC e posto de abastecimento a GNL	7.915.000	7.915.000	1,00%	1,00%	476.399	959.956	6.478.646	116.021	71.992	229.014																						
	9015/00063/5991	C.G.D.	31-07-2017	10	3	3079	28-05-2018	Aquisição de 60 autocarros a GNC e posto de abastecimento a GNL	3.451.943	3.451.943	1,30%	1,30%	215.746	431.493	2.804.704	58.456	41.229	129.497	8	8	48																			
		C.C.A.M.	26-11-2020	20	1	3386	26-01-2021	Conclusão da empreitada de ampliação da Escola EB 1 - II, n.º 3 Barreiro	2.118.325	2.118.325	0,39%	0,39%			2.118.325			83.677																						
		C.C.A.M.	26-11-2020	20	1	3385	26-01-2021	Reformulação da mobilidade e do espaço público de Av. da Liberdade	1.096.185	1.096.185	0,39%	0,39%			1.096.185			43.250																						
	2595/000398/791	C.G.D.	13-05-2021	20	1	1450	12-11-2021	Recuperação do Molhe de Mare Grande de Alburquerque	993.299	35.752	0,58%	0,58%			993.299			59.807																						
SubTotal									39.989.965	38.632.413	0	0	4.245.276	1.579.738	13.764.944	558.338	113.968	546.258	886	50	125	0	0	0	0	0	11.136.873	12.807.997	82.372	1.071.970										
Total MLP									45.366.954	42.113.346	0	0	16.472.267	3.279.082	23.665.103	3.702.321	249.228	1.183.245	886	50	125	0	0	0	0	0	0	0	21.885.375	22.362.997	409.333	2.144.771								
Total Geral									46.866.954	43.213.346	0	0	16.472.267	4.378.082	23.665.103	3.702.321	249.387	1.183.245	886	50	125	0	0	0	0	0	0	21.885.375	22.362.997	409.333	2.144.771									

Quadro n.º 13 - Horizonte temporal dos empréstimos obtidos

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos a efetuar até:									
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Até 2025		Até 2030		Até 2035		Até 2040		Até 2045	
											Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros
Médio e Longo Prazo	97866000206	B.B.V.A.	15-05-2002	20	19	1181	08-07-2002	Financ. Plano de Activ. 2002/2004	9 975 958	9 975 958	653 922	510								
	59072509293	C.C.A.M.	10-03-2016	20	5	1000	27-07-2016	Aquisição da Quinta do Braamcamp	2 900 000	2 900 000	644 444	99 623	805 556	82 225	805 556	35 241	161 111	1 413		
	59072889181	C.C.A.M.	10-03-2016	20	4	1037	27-07-2016	Realização de obras na Quinta do Braamcamp	1 800 000	180 000	40 000	4 642	50 000	3 946	50 000	1 877	15 000	64		
Não Isentos	9015/00837/991	C.G.D.	20-06-2016	20	5	1039	27-07-2016	Investimentos diversos	2 300 000	1 968 497	437 444	170 344	546 805	50 211	546 805	21 335	109 360	857		
	2388496830038	B.P.I.	10-03-2016	10	5	1041	07-10-2016	Aq. de embarcação tradicional - Muleta	300 000	300 000	141 176	6 055	35 294	350						
	2388496830037	B.P.I.	10-03-2016	10	5	998	16-11-2016	Substituição do PAEL. Reabilitação e regeneração de um edifício com vista à criação de uma Startup e arranjos exteriores	7 651 035	7 651 035	2 914 680	196 721	1 093 005	19 616						
	2595/000398/591	C.G.D.	15-05-2021	20	1	1451	12-11-2021		850 000	505 442	90 160	18 219	229 987	18 610	236 693	10 619	243 595	3 717	49 565	154,31
SubTotal									25 776 993	23 480 932	4 921 826	496 113	2 760 646	174 958	1 639 054	69 072	529 067	6 050	49 565	154
Médio e Longo Prazo	0141/000032/387/0019	C.G.D.	16-07-1997	25	23	47941	26-08-97	Habitação Social P.E.R. - Aquisição de 119 fogos	2 211 630	2 211 630	196 674	176								
	0141/000032/387/0019	C.G.D.	08-12-1998	25	22	48648	29-12-98	Habitação Social P.E.R. - Financiamento complementar para aquisição de 119 fogos	138 077	138 077	17 768	168								
	0141/000035/887/0019	C.G.D.	05-03-2001	25	20	37	15-03-01	Financ. P/ aq. 34 fogos - P.E.R.	271 783	271 783	46 134	40	5 767	6						
	77082126	Novo Banco	26-12-2001	20	19			Rep. danos prov. p/ intempéries	249 399	249 399	7 444	7								
	2388496830039	B.P.I.	25-07-2017	10	3	3080	28-05-2018	Aquisição de 60 autocarros a GNC e posto de abastecimento a GNL	7 915 000	7 915 000	3 937 027	190 763	2 541 618	38 251						
	9015/00863/5991	C.G.D.	31-07-2017	10	3	3079	28-05-2018	Aquisição de 60 autocarros a GNC e posto de abastecimento a GNL	3 451 943	3 451 943	1 725 972	108 154	1 078 732	21 344						
		C.C.A.M.	26-11-2020	20	1	3386	26-01-2021	Conclusão da empreitada de ampliação da Escola EB 1 + II n.º 3 Barreiro	2 118 325	2 118 325	342 810	31 001	580 338	29 077	591 763	17 651	603 414	5 948		
		C.C.A.M.	26-11-2020	20	1	3385	26-01-2021	Reformulação da mobilidade e do espaço público da Av. da Liberdade	1 096 185	1 096 185	177 396	16 153	300 311	15 047	306 224	9 134	312 253	2 916		
	2595/000398/791	C.G.D.	13-05-2021	20	1	1450	12-11-2021	Recuperação do Moinho de Maré Grande de Alburrica	993 299	35 752	105 359	22 267	268 760	21 748	276 597	11 839	284 662	3 773	57 921	181
SubTotal									18 445 642	17 488 094	6 556 584	368 729	4 775 526	125 472	1 174 584	38 624	1 200 329	12 638	57 921	181
Total Geral									44 222 634	40 969 026	11 478 411	864 842	7 536 172	300 430	2 813 638	107 696	1 729 396	18 688	107 486	335

9. Imparidade de ativos

Quadro n.º 14 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2021			31/12/2020		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	5 374 219,27	3 672 580,61	1 701 638,66	5 047 138,28	3 582 686,16	1 464 452,12
Outros devedores	Gerador de caixa	150 890,87	140 150,84	10 740,03	140 150,84	140 150,84	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	680 329,56	253 866,00	426 463,56	409 193,73	122 289,56	286 904,17

Em 2021, considerou-se criar imparidade para todos os montantes em dívida no final de 2021, com exceção dos montantes recebidos em 2022 (até ao momento em que estas demonstrações financeiras estavam a ser preparadas).

De igual forma, não foram constituídas imparidades para todos os montantes em dívida de acordos de pagamento que estejam a ser cumpridos, das dívidas resultantes da faturação de águas.

Para as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, criou-se imparidade equivalente aos bens sem consumo nos últimos 4 anos.

No ano de 2021, as imparidades foram reforçadas no valor de 221.470,89 €, conforme espelhado no quadro seguinte.

Quadro n.º 15 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Ano

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Cientes, contribuintes e utentes	3 582 686,16	89 894,45			89 894,45					3 672 580,61
Outros devedores	140 150,84	0,00			0,00					140 150,84
Matérias-primas, subsid.e de consumo	122 289,56	131 576,44			131 576,44				0,00	253 866,00
TOTAL	3 845 126,56	221 470,89	0,00	0,00	221 470,89	0,00	0,00	0,00	0,00	4 066 597,45

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

Quadro n.º 16 - Inventários

Rubricas	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	680 329,56	253 866,00	426 463,56	409 193,73	122 289,56	286 904,17
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	680 329,56	253 866,00	426 463,56	409 193,73	122 289,56	286 904,17

Os movimentos ocorridos no período, consta do quadro seguinte:



Quadro n.º 17 - Inventários – Movimentos no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	409 193,73	372 420,20	412 247,21	310 962,84	253 866,00				426 463,56
Produtos acabados e intermédios									0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									0,00
TOTAL	409 193,73	372 420,20	412 247,21	310 962,84	253 866,00	0,00	0,00	0,00	426 463,56

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, encontra-se devidamente apurado no quadro seguinte.

Quadro n.º 18 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	2021			2020		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	0,00	409 193,73	409 193,73	0,00	427 349,67	427 349,67
Compras	0,00	372 420,20	372 420,20	0,00	826 553,28	826 553,28
Regularização de existências	0,00	310 962,84	310 962,84	0,00	1 515,12	1 515,12
Existências finais	0,00	680 329,56	680 329,56	0,00	409 193,73	409 193,73
Custo das merc.vend.mat.consumidas	0,00	412 247,21	412 247,21	0,00	846 224,34	846 224,34

13. Rendimentos de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo descrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, sendo elemento fundamental, a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, quando for provável que fluam para a entidade, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e, estes benefícios, possam ser mensurados com fiabilidade.

O quadro seguinte, reflete estes rendimentos.

Quadro n.º 19 - Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2021					31/12/2020				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período		Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Venda de bens	3 480 829,16		915 840,51	966 662,32		3 848 172,25		650 121,68	915 840,51	
Prestações de Serviços	4 755 436,04		1 395 607,42	1 575 414,56		4 685 751,95		1 244 869,40	1 395 607,42	
Outros rendimentos			64 424,98	47 099,97		70 253,54		8 474,97	64 424,98	
Juros, dividendos ou outros rendimentos similares	113 877,13					150 154,51				
TOTAL	8 350 142,33	0,00	2 375 872,91	2 589 176,85	0,00	8 754 332,25		1 903 466,05	2 375 872,91	0,00

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências.

Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.

As transferências, são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

O detalhe destes rendimentos, encontra-se no quadro seguinte.

Quadro n.º 22 - Passivos contingentes

N.º	Entidade	Processo	Valor da Ação	Observações	Valor Provisão
1	Magda Alexandra Leal Dias Ferreira	Procº nº 910/16.3BEALM	35 000,00 €	A eventual responsabilidade do Município estará, em princípio, transferida para a seguradora	0,00 €
2	Felisbela Jesus Rocha	Procº nº 173/17.3BEALM	30 000,00 €	Pede-se, cautelar ou definitivamente, a anulação de sanções de natureza disciplinar. Em qualquer dos casos, da eventual procedência dos pedidos decorrerá tão somente a obrigação de pagamento dos salários perdidos pelos trabalhadores em causa e respectivos juros.	0,00 €
3	Helena Cristina Calado Martins Fernandes	Procº nº 186/17.5BEALM	30 000,00 €	Pede-se, cautelar ou definitivamente, a anulação de sanções de natureza disciplinar. Em qualquer dos casos, da eventual procedência dos pedidos decorrerá tão somente a obrigação de pagamento dos salários perdidos pelos trabalhadores em causa e respectivos juros.	0,00 €
4	Maria Isabel Cebola Ramalho	Procº nº 183/17.0BEALM	5 000,01 €	Pede-se, cautelar ou definitivamente, a anulação de sanções de natureza disciplinar. Em qualquer dos casos, da eventual procedência dos pedidos decorrerá tão somente a obrigação de pagamento dos salários perdidos pelos trabalhadores em causa e respectivos juros.	0,00 €
5	Palmira Conceição Freire	Procº nº 180/17.6BEALM	5 000,01 €	Pede-se, cautelar ou definitivamente, a anulação de sanções de natureza disciplinar. Em qualquer dos casos, da eventual procedência dos pedidos decorrerá tão somente a obrigação de pagamento dos salários perdidos pelos trabalhadores em causa e respectivos juros.	0,00 €
6	Deolinda Ramos Silva Duarte	Procº nº 214/17.4BEALM	5 000,01 €	Pede-se, cautelar ou definitivamente, a anulação de sanções de natureza disciplinar. Em qualquer dos casos, da eventual procedência dos pedidos decorrerá tão somente a obrigação de pagamento dos salários perdidos pelos trabalhadores em causa e respectivos juros.	0,00 €
7	José Manuel Gomes dos Santos, Lda	Procº nº 219/17.5BEALM	5 283,10 €	A eventual responsabilidade do Município estará, em princípio, transferida para a seguradora	0,00 €
8	João Manuel Conceição Mendes	Procº nº 315/17.9BEALM	30 000,01 €	Pede-se, cautelar ou definitivamente, a anulação de sanções de natureza disciplinar. Em qualquer dos casos, da eventual procedência dos pedidos decorrerá tão somente a obrigação de pagamento dos salários perdidos pelos trabalhadores em causa e respectivos juros.	0,00 €
9	Laura Almeida Ferreira Santos	Procº nº 314/17.0BEALM	30 000,01 €	Pede-se, cautelar ou definitivamente, a anulação de sanções de natureza disciplinar. Em qualquer dos casos, da eventual procedência dos pedidos decorrerá tão somente a obrigação de pagamento dos salários perdidos pelos trabalhadores em causa e respectivos juros.	0,00 €
10	Helder Miguel da Silva Pereira Alves Menor	Procº nº 228/18.7BEALM	66 758,43 €	Valor do pedido e não da causa	66 758,43 €
11	Isabel Maria Gomes da Silva André	Proc.º n.º 260/19.3BEALM		Está em causa a eventual restituição de uma diminuta importância paga a título de IMI não sendo crível que o processo seja apreciado no decurso do próximo ano	
12	Repsof Portuguesa, S.A.	Procº 710/19.9 BEALM	779,73 €	Pedido de reposição de taxas alegadamente indevidas. A jurisprudência do tribunal de 1ª instância tem-se dividido. A quantia objectivamente em apreço é de reduzida expressão (779,73)	779,73 €
13	Amadeu Marques Henriques	Procº 1299/19.4BELRA	76 287,49 €	O Município foi demandado como contra- interessado, qualidade que, a meu ver, não reveste. Está em causa o pedido formulado pelo A. contra a CGA para que seja anulado o pedido de restituição das quantias que lhe foram pagas em dado período. Hipoteticamente, se esse pedido não for anulado, o A. poderá vir a exigir a reposição dessas quantias ao município. Todavia, tal teria de ocorrer no âmbito doutro processo que não no presente, segundo se me afigura.	76 287,49 €
14	Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.	Procº 2081/20.1 BEPRT	155,00 €		0,00 €
15	Fernando José da Conceição Cavaco Capelo	Procº 1221/14.4 BEALM	495 833 057,76 €		0,00 €
16	Mestres Publicidade, Lda	Procº 1325/09.5 BEALM	17 975,52 €		0,00 €
17	Segum - Sociedade de Construções, Lda	Procº 603/05.7 BEALM	87 930,74 €		0,00 €
18	Paulo Jorge Pedóvão Barreira	Procº 08718/12	14 963,65 €		0,00 €
19	Mestres Publicidade, Lda	Procº 1041/09.8 BEALM	20 400,00 €		0,00 €
20	Habigest - Imobiliária, Lda	Procº 905/18.2 BEALM	30 000,01 €		0,00 €
21	J. M. Duarte	Procº 1097/18.2 BEALM	30 000,01 €		0,00 €
22	Teodoro Rúbio & Filhos, Lda	Procº 2931/19.5T8 ALM	275 000,00 €		0,00 €
23	Alexandre Barbosa Borges S.A. e Outros	Procº 532/19.7 BEALM	784 218,28 €		0,00 €

17. Acontecimentos após a data de relato

Não se verificaram acontecimentos após a data de relato que requeiram ajustamento ou divulgação.

As Demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Órgão Executivo a 14 de abril de 2022.

18. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor dos Ativos financeiros era o seguinte:

Quadro n.º 23 - Ativos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos Financeiros	Ativos financeiros não correntes ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Outros ativos						
		- Devedores diversos	29 368,75		29 368,75	29 368,75		29 368,75
		- Outros ativos financeiros	7 882 277,99		7 882 277,99	9 283 350,00		9 283 350,00
		Participações financeiras	6 232 233,00		6 232 233,00	7 244 690,64		7 244 690,64
		Subtotais	14 143 879,74	-	14 143 879,74	16 557 409,39	-	16 557 409,39
	Ativos financeiros correntes ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Cientes, contribuintes e utentes						
		- Clientes c/c	814 184,97		814 184,97	948 066,23		948 066,23
		- Utentes	887 453,69		887 453,69	516 385,89		516 385,89
		- Cobrança duvidosa	3 672 580,61	3 672 580,61	-	3 582 686,16	3 582 686,16	-
		Outros ativos						
		- Estado e out.ent.públicos	1 122 375,26		1 122 375,26	821 346,69		821 346,69
		- Dev. por acréscimos	13 105 875,51	140 150,84	12 965 724,67	12 440 822,58	140 150,84	12 300 671,74
		- Devedores diversos						
		- Outros ativos financeiros	3 379 665,01		3 379 665,01	2 083 593,00		2 083 593,00
		Participações financeiras						
		Subtotais	22 982 135,05	3 812 731,45	19 169 403,60	20 392 900,55	3 722 837,00	16 670 063,55
		Totais	37 126 014,79	3 812 731,45	33 313 283,34	36 950 309,94	3 722 837,00	33 227 472,94

Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor dos Passivos financeiros era o seguinte:

Quadro n.º 24 - Passivos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros não correntes mensurados ao custo ou ao custo amortizado	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.			-			-
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis			-			-
		Fornecedores	995 772,19		995 772,19			
		Outros passivos						
		- Pessoal						
		- Estado e out.ent.públicos						
		- Fornecedores de investimentos						
		- Cred. por acréscimos						
		- Credores diversos	1 578 375,94		1 578 375,94	1 235 947,89		1 235 947,89
		- Rendimentos a reconhecer						
		Financiamentos obtidos	19 634 492,34		19 634 492,34	19 589 306,36		19 589 306,36
		Subtotais	22 208 640,47	-	22 208 640,47	20 825 254,25	-	20 825 254,25
	Passivos financeiros não correntes mensurados ao custo ou ao custo amortizado	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.	1 000,00					
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis						
		Fornecedores	2 538 032,89		2 538 032,89	1 766 863,43		1 766 863,43
		Outros passivos						
		- Pessoal						
		- Estado e out.ent.públicos	479 976,76		479 976,76	473 912,85		473 912,85
		- Fornecedores de investimentos	1 453 938,74		1 453 938,74	1 207 759,29		1 207 759,29
		- Cred. por acréscimos	5 641 957,31		5 641 957,31	3 062 804,96		3 062 804,96
		- Credores diversos	109 665,60		109 665,60	108 682,98		108 682,98
- Rendimentos a reconhecer								
Financiamentos obtidos	3 747 163,76		3 747 163,76	3 933 569,31		3 933 569,31		
Subtotais	13 971 735,06	-	13 971 735,06	10 553 592,82	-	10 553 592,82		
Totais	36 180 375,53	-	36 180 375,53	31 378 847,07	-	31 378 847,07		

Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Quadro n.º 25 - Rendimentos e gastos de juros

Rendimentos e gastos de juros	31/12/2021	31/12/2020
-------------------------------	------------	------------

Rendimentos de juros para ativos financeiros

Depósitos	655,88	1 172,60
-----------	--------	----------

Gastos de juros para passivos financeiros

Financiamentos obtidos	256 246,07	288 280,19
------------------------	------------	------------

Quadro n.º 26 - Perdas por imparidade em ativos financeiros

Ativos financeiros	31/12/2021	31/12/2020
--------------------	------------	------------

Clientes	3 672 580,61	3 582 686,16
----------	--------------	--------------

Outras contas a receber	140 150,84	140 150,84
-------------------------	------------	------------

20. Divulgação de partes relacionadas

As entidades controladas assim como as transações ocorridas com as mesmas no que se refere a rendimentos e gastos, são apresentadas nos quadros seguintes.

Quadro n.º 27 - Listagem de entidades controladas

Tipo de Entidade	Sede	Capital Social	Participação	Capital Próprio	Participação	% Controlo		Controlo final
						Direto	Indireto	
SM	Rua Resistentes Anti-Fascistas - 2830-523 Barreiro	5 809 329	5 809 329	2 246 262	2 246 262	100,00%		100,00%
ASU	Rua Gay Lussac, n.º 4 - 2830-302 Barreiro	578 287	176 126	303 681	92 805		30,56%	30,56%

Quadro n.º 28 - Mapa das relações financeiras com entidades públicas participantes e empresas locais

Entidade			Identificação das operações	Direitos / Recebimentos					Obrigações / Pagamentos						
Tipo	Denominação	NIPC		Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	% no total de Recebimentos	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	% no total de Pagamentos
ASU	S.ENERGIA - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete	508100720	Subsídio à exploração							59 462,00		59 462,00		4,21%	
Subtotal:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	59 462,00	0,00	59 462,00	0,00	4,21%
			Financiamentos concedidos	11 366 943,00	287 638,35		280 620,00	11 373 961,35	100,00%						0,00%
SM	Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro	680015574	Compensação financeira de obrigação serviço público							414 500,00		414 500,00		29,32%	
			Aquisição títulos transportes							585 500,00		585 500,00		41,42%	
			Fornecimentos e serviços externos							52 824,65	459 204,65	354 276,01	157 753,29	25,06%	
Subtotal:				11 366 943,00	287 638,35	0,00	280 620,00	11 373 961,35	100,00%	52 824,65	1 459 204,65	0,00	1 354 276,01	157 753,29	95,79%
Total:				11 366 943,00	287 638,35	0,00	280 620,00	11 373 961,35	100,00%	52 824,65	1 518 666,65	0,00	1 413 738,01	157 753,29	100,00%

23. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2021, o valor dos Investimentos financeiros era o apresentado no quadro seguinte.

Quadro n.º 29 - Investimentos financeiros

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Observações
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2021	
Amarsul - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A	Sociedade anónima	503876321	512 945,00	04/03/1997	6,60%	512 945,00	Contabilizado de acordo com a participação no capital social
Simarsul, S.A.	Sociedade anónima de capitais públicos	513606130	2 274 306,00	22/01/2004	9,10%	2 274 306,00	
S.Energia - Agência Regional de Energia Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete	ASU	508100720	92 804,79	16/05/2007	30,56%	92 804,79	Contabilizado ao Método de Equivalência Patrimonial
Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro	SM	680015574	2 306 528,73	31/12/2020	100,00%	2 246 262,04	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Pessoa Coletiva Direito Público	513319182	1 105 915,50	27/05/2015	0,26%	1 105 915,50	De acordo com as Unidades de Participação adquiridas

Rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de rendimentos e ganhos, tinha a composição apresentada no quadro seguinte.

Quadro n.º 30 - Rendimentos e ganhos

Rendimentos e ganhos	2021	2020
70 Impostos, contribuições e taxas	22 993 645,16	20 712 383,46
71 Vendas	3 480 829,16	3 848 172,25
72 Prestações de serviços e concessões	4 755 436,04	4 685 751,95
73 Variações nos inventários da produção		
74 Trabalhos para a própria entidade	369 466,73	779 346,96
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	13 174 800,33	12 629 625,98
76 Reversões		
77 Ganhos por aumentos de justo valor		
78 Outros rendimentos	3 138 643,72	2 116 480,69
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	113 877,13	150 154,51
Totais	48 026 698,27	44 921 915,80

Gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de rendimentos e ganhos, tinha a seguinte composição:

Quadro n.º 31 - Gastos e perdas

Gastos e perdas	2021	2020
60 Transferências e subsídios concedidos	4 978 622,27	4 636 224,64
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	412 247,21	846 224,34
62 Fornecimentos e serviços externos	16 459 824,89	14 493 587,30
63 Gastos com o pessoal	18 437 525,53	17 632 634,13
64 Gastos de depreciação e de amortização	4 833 392,95	4 059 975,92
65 Perdas por imparidade	221 470,89	443 005,25
67 Provisões		120 000,00
68 Outros gastos	1 512 242,96	1 556 463,92
69 Gastos por juros e outros encargos	326 361,50	321 842,64
Totais	47 181 688,20	44 109 958,14

Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no final de 2021 e 2020, apresentavam a composição espelhada no quadro seguinte:

Quadro n.º 32 - Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2021	2020
621 Subcontratos e parcerias	6 088 875,86	5 596 351,04
- Serviços de Saneamento básico	3 251 939,35	2 859 589,90
- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	1 555 263,87	1 083 773,17
- Água - Abastecimento Público		
- Serviços de Saúde		82 212,50
- Limpeza Urbana		214 600,46
- Iluminação Pública	307 800,65	567 989,85
- Transportes Escolares	27,78	15,33
- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	886 566,54	632 459,95
- Outros	79 277,67	155 709,88
- Colónias de férias	8 000,00	
622 Serviços especializados	5 719 224,87	5 014 054,98
- Trabalhos especializados	3 014 406,40	2 521 168,24
- Publicidade comunicação e imagem	302 752,28	124 955,34
- Vigilância e segurança	278 475,40	291 518,89
- Honorários	4 369,00	444 258,84
- Comissões de cobrança de impostos e taxas	400 582,72	340 162,26
- Comissões de outras cobranças	176 248,28	101 580,31
- Conservação e reparação	1 396 010,58	1 089 526,67
- Outros serviços especializados	146 380,21	100 884,43
623 Materiais de consumo	209 492,22	191 961,76
- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	85 095,11	8 412,75
- Livros e documentação técnica	1 201,29	2 542,16
- Material de escritório	32 114,46	29 275,38
- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	6 558,20	13 668,21
- Material de educação cultura e recreio	42 554,76	27 303,92
- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	2 159,62	64 408,22
- Medicamentos e artigos para a saúde	2 304,66	1 231,87
- Produtos químicos e de laboratórios	11 108,96	37 701,44
- Outros materiais diversos de consumo	26 395,16	7 417,81
624 Energia e fluidos	1 769 430,22	1 362 081,88
- Electricidade	1 173 782,66	823 985,84
- Combustíveis e lubrificantes	595 555,07	538 012,99
- Outros	92,49	83,05
625 Deslocações, estadas e transportes	616 324,64	594 880,55
- Deslocações e estadas	3 936,32	4 194,21
- Transportes de pessoal		26,46
- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos		23,73
- Transporte escolar	15 262,30	3 570,42
- Outros	597 126,02	587 065,73
626 Serviços diversos	2 056 477,08	1 734 257,09
- Rendas e alugueres	837 879,63	448 503,84
- Comunicação	217 650,17	330 726,05
- Seguros	202 690,86	320 731,71
- Contencioso e notariado		92,00
- Despesas de representação dos serviços	4 228,87	2 917,45
- Limpeza, higiene e conforto	499 726,81	414 943,70
- Outros serviços	294 300,74	216 342,34
- Fornecimentos e serviços diversos		
Totais	16 459 824,89	14 493 587,30

Gastos com pessoal

No final de 2021, a Câmara Municipal do Barreiro, tinha ao seu serviço 894 trabalhadores.

Os gastos com pessoal no ano de 2021 e 2020, apresentavam a composição expressa no quadro seguinte.

Quadro n.º 33 - Gastos com pessoal

Gastos com o pessoal	2021	2020
Remunerações Órgãos Autárquicos	350 381,23	293 231,02
Remunerações do pessoal	13 889 764,21	13 599 189,90
- Remunerações base	10 145 129,80	9 686 886,31
- Subsídios de férias	943 098,27	829 709,48
- Subsídios de Natal	845 787,68	809 327,84
- Despesas de representação	44 969,84	45 002,40
- Subsídio de refeição	865 211,22	859 644,13
- Trabalho extraordinário	488 909,92	518 457,61
- Trabalho em regime de turnos	470 106,43	391 519,05
- Abono para falhas	37 831,49	44 340,41
- Ajudas de custo	950,30	3 317,06
- Vestuário e artigos pessoais	46 874,66	407 713,81
- Outros suplementos	894,60	3 271,80
Pensões		1 000,42
Indemnizações	9 080,12	8 634,99
Encargos s/ Remunerações	3 752 188,31	3 481 200,23
Seguros de acid. trab e doenças profis.	227 748,82	167 323,48
Outros gastos com o pessoal	730,35	450,00
Outros encargos sociais	207 632,49	81 604,09
Totais	18 437 525,53	17 632 634,13

Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos no decurso do ano de 2021 e 2020, foram repartidas da seguinte forma:

Quadro n.º 34 - Transferências e subsídios concedidos

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2021	2020
Transferências correntes concedidas		
- Serviços Municipalizados	163 000,00	163 000,00
- Freguesias	1 691 120,56	1 658 720,95
- Associações de Municípios	653 974,80	624 542,80
- Assembleias distritais		
- Outros		
- Instituições sem fins lucrativos	35 000,00	35 000,00
- Clubes, coletividades e outras entidades	893 480,56	793 296,87
- Escolas	94 026,51	167 530,63
- Bombeiros	312 500,00	305 000,00
- Famílias	2 564,85	2 648,25
- Privadas		
- Outras		
Subtotal	3 845 667,28	3 749 739,50
Transferências capital concedidas		
- Serviços Municipalizados	251 500,00	251 500,00
- Freguesias	312 695,12	
- S-Energia		62 524,35
- Clubes, coletividades e outras entidades	351 259,87	512 460,79
- Bombeiros	217 500,00	60 000,00
- Instituições sem fins lucrativos		
Subtotal	1 132 954,99	886 485,14
Totais	4 978 622,27	4 636 224,64

Acréscimo de rendimentos e gastos

Os acréscimos de rendimentos e gastos no final do ano de 2021 e 2020 encontram-se expressos no quadro abaixo apresentado.

Quadro n.º 35 - Acréscimo de rendimentos e gastos

Acréscimos de rendimentos e de gastos	31/12/2021	31/12/2020
Acréscimos de rendimentos		
Impostos e Taxas imputados ao período - IMI	11 000 000,00	10 290 970,00
Impostos e Taxas imputados ao período - IMT	361 808,34	462 425,98
Impostos e Taxas imputados ao período - Derrama	509 455,00	500 215,00
Impostos e Taxas imputados ao período - IUC	100 805,82	123 680,17
Juros a receber e outros rendimentos financeiros	112 301,54	199 302,41
Outros acréscimos de rendimentos	889 997,69	753 446,93
Total	12 974 368,39	12 330 040,49
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	2 487 658,98	2 305 281,72
Juros a liquidar	29 778,84	31 002,06
Seguros a liquidar		227,48
Outros	3 124 519,49	726 293,70
Total	5 641 957,31	3 062 804,96

Quadro n.º 36 – Demonstração das alterações no Património Líquido

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	98 914 741,11		2 888 367,79			-4 553 128,68	3 139 586,58		11 364 232,97	811 957,66	112 565 757,43		112 565 757,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorizações e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital										4 243 291,62		4 243 291,62		4 243 291,62
Correção de erros materiais														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							840 503,35	-434 681,80		407 678,16		813 499,71		813 499,71
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840 503,35	-434 681,80	0,00	4 650 969,78	0,00	5 056 791,23	0,00	5 056 791,23
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)										845 010,07	845 010,07		845 010,07
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)										845 010,07	845 010,07		845 010,07
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património														
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações	(5)													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (4) + (5)	98 914 741,11	0,00	2 888 367,79	0,00	0,00	-3 712 625,33	2 704 904,78	0,00	16 015 202,75	1 656 967,73	118 467 558,83	0,00	118 467 558,83

O montante de 407.678,16 € reportado na coluna das outras variações do património líquido, refere-se ao registo da cedência para domínio público municipal do terreno com 94.698,90 m² no âmbito do licenciamento da operação urbanística da Quinta das Canas.

Transferências e subsídios de capital

Os movimentos ocorridos na conta transferências e subsídios de capital são os que constam do quadro seguinte.

Quadro n.º 37 – Movimentos ocorridos na conta Transferências e Subsídios de Capital

Conta	Descrição	Valor do financiamento a 01-01-2021	Reforço em 2021	Valor final	Valor rendimento até 31-12-2020	Valor rendimento em 2021	Valor do financiamento em 31-12-2021
5931111101	SGAI - 5.ª Esquadra PSP do Barreiro	152 605		152 605			152 605
5931111901	Pavilhão Escola Secundária Santo António	810 466		810 466	607 849	40 523	162 094
59311190101	POLIS - Barreiro Belo	3 740 984		3 740 984	2 805 738	187 049	748 197
593141001	Auditório Municipal do Parque dos Casquilhos	2 009 516		2 009 516	723 426	40 190	1 245 900
593141002	Requalificação Urbana do Concelho do Barreiro	419 083		419 083	335 267	20 954	62 862
593141003	Via de Ligação Quinta da Lomba - Quinta do Machinho	347 947		347 947	278 358	17 397	52 192
593141004	Tanque de aprendizagem de Natação do Lavradio	322 960		322 960	77 510	6 459	238 991
593141005	O Fraldinhas	165 330		165 330	46 292	3 307	115 731
593141006	Antiga Escola Mendonça Furtado	949 487		949 487	208 887	18 990	721 610
593141007	Escola EB1 / JI da Penalva	409 446		409 446	90 078	8 189	311 179
593141008	Jl Escola n.º 9 do Alto do Seixalinho	204 000		204 000	36 720	4 080	163 200
593141009	Arranjos Exteriores Escola EB 1 Santo António da Charneca	107 539		107 539	86 032	10 754	10 754
593141010	Estação Elevatória Águas Residuais Domésticas Cidade Sol	107 749		107 749	64 650	10 775	32 325
593141011	Requalificação Urbana e Paisagística da Quinta da Mina	1 076 920		1 076 920	323 076	53 846	699 998
593141012	Reabilitação e Requalificação Território de Alburrica	286 566	49 751	336 317	171 939	51 045	113 333
593141013	Construção Passadiço Alburrica	493 710		493 710	345 597	49 371	98 742
593141014	Reperfilamento Av. Bento Gonçalves	822 072		822 072	246 622	41 104	534 347
593141015	Reperfilamento Rua Miguel Pais	648 786		648 786	194 636	32 439	421 711
593141016	Limpeza e Implantação apoios Pesca em Alburrica	107 698		107 698	43 079	5 385	59 234
593141017	Arranjos Exteriores Largo Igreja Nossa Senhora do Rosário	66 983		66 983	23 444	3 349	40 190
593141018	Arranjos Exteriores Praça Bento Jesus Caraça	102 302		102 302	71 611	10 230	20 460
593141020	Requalificação Parque Infantil Cidade Sol	14 732		14 732	8 839	1 473	4 419
593141021	Coletor Doméstico Av. Bento Gonçalves	55 055		55 055	24 775	2 753	27 527
593141022	Reabilitação Piscina do Barreiro	111 121		111 121	50 004	5 556	55 560
593141023	Requalificação do Bairro Alfredo da Silva	62 737		62 737	28 232	3 137	31 369
593141024	Prolongamento Passeio Augusto Cabrita	95 276		95 276	28 583	4 764	61 929
593141025	Revalorização Sistema de Abastecimento de Água	413 285		413 285	206 642	20 664	185 978
593141027	Revitalização do Centro do Barreiro	188 704		188 704	113 222	9 435	66 046
593141028	Requalificação Envolvente Mercado e Piscina do Lavradio	119 398		119 398	71 639	5 970	41 789
593141029	POSEUR - Penalva	691 730		691 730	138 346	69 173	484 211
593141030	POSEUR - ETAR Barreiro / Moita	1 477 344	-632 400	844 944			844 944
593141031	Escola n.º 3	239 147	612 429	851 576		42 579	808 997
593141032	Escola Fidalguinhos	146 096		146 096	14 610	7 305	124 182
593141033	Recuperação Moinho Maré Pequeno sítio de Alburrica	184 809		184 809	18 481	9 240	157 088
593141034	Escola n.º 8	92 379		92 379	9 238	4 619	78 522
593141035	PARU - Plano Ação e Regeneração Urbana	26 000		26 000		26 000	0
593141036	Arruamento Provisório Largo Alexandre Herculano	17 173		17 173	3 435	859	12 879
593141038	Recuperação e Restauro Coberturas e Fachadas Edifício Café Barreiro	64 300		64 300	35 365	3 215	25 720
593141039	Doca Seca -Mar 2020	85 143		85 143		4 257	80 885
539141040	Fundo Ambiental - Corredor Ecológico	179 672		179 672		8 984	170 688
539141041	Requalificação ambiental urbanística frente ribeirinha Rua Miguel Pais		227 545	227 545		11 377	216 167
539141042	Reformulação da Mobilidade Espaço Público Av. da Liberdade		1 037 403	1 037 403			1 037 403
593141043	Gestão de Perdas - Cada Gota Conta	28 547	154 598	183 145		9 157	173 988
593141044	Remoção amianto Escola EB 2,3 Barreiro		65 066	65 066		3 253	61 812
593141045	Remoção amianto Escola EB n.º 9 Barreiro		90 558	90 558			90 558
593141046	Remoção amianto Escola n.º 2 Santo António		75 755	75 755		3 788	71 967
593141048	Remoção amianto Escola Secundária Augusto Cabrita		198 973	198 973		9 949	189 024
593141049	Remoção amianto EB Padre Abílio Mendes		142 195	142 195		7 110	135 086
593141050	Remoção amianto Escola Secundária Casquilhos		75 387	75 387		3 769	71 617
593141051	Remoção amianto Escola Secundária Santo António		166 860	166 860		8 343	158 517
593141052	Remoção Amianto JI n.º 3 Alto Seixalinho		19 014	19 014		955	18 059
593141053	Recuperação Moinho Maré Grande - Sítio Alburrica		19 707	19 707			19 707
593141054	Remoção Amianto EB Quinta da Lomba		147 940	147 940			147 940
593141055	Remoção Amianto EB Álvaro Velho		212 609	212 609			212 609
593141056	Remoção amianto JI Fonte do Feto		2 165	2 165		108	2 057
593141058	Barreiro A - Centralidade Acessível		364 796	364 796			364 796
593141059	POSEUR - ETAR Barreiro / Moita-Concluídas 2021		1 127 702	1 127 702		56 385	1 071 316
5939111	Fundo Equilíbrio Financeiro Capital	627 558	689 062	1 316 620		131 662	1 184 958
5939112	Artigo 35.º n.º 3 da Lei n.º 73/2013	360 656	412 736	773 392		38 670	734 722
Total		18 633 012	5 259 849	23 892 861	7 532 221	1 129 945	15 230 695